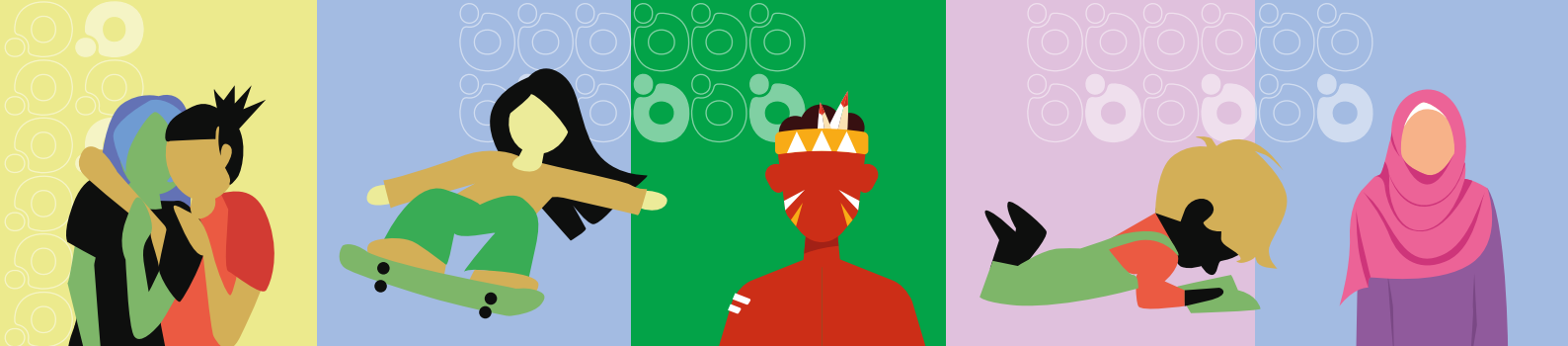




DIREITOS HUMANOS **EM SALA DE AULA**

Guia Prático do Observatório Nacional
dos Direitos Humanos para Educadoras
e Educadores do Ensino Médio

ObservaDH
MDHC



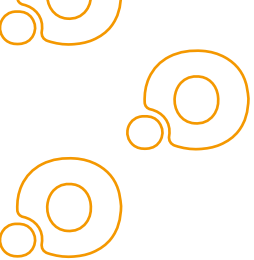


Realização:



MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA





Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Secretaria Executiva

Coordenação-Geral de Indicadores e Evidências
em Direitos Humanos

Esplanada dos Ministérios, Bloco A - Zona
Cívico-Administrativa - CEP: 70054-906 - Brasília - DF

Telefone: (61) 2027-3144
E-mail: cgie@mdh.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 Direitos humanos em sala de aula: guia prático do ObservaDH para professoras e professores do ensino médio [recurso eletrônico] / Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Itaipu Parquetec, Itaipu Binacional ; organização Franciele Cristina Neves. - Foz do Iguaçu, PR : Itaipu Parquetec, 2025.

1 recurso online (49 p.) : il.

Modo de acesso:

<http://tadtodh.h.itaipuparquetec.org.br/public/materials/z0NTCBPzaQ7OjFfChBDd4N/file>

ISBN: 978-65-01-60552-4

1. Sistema Educacional. 2. Ensino Médio. 3. Plataforma Virtual.
4. Promoção da Cultura. I. Neves, Franciele Cristina. II. Título.

CDU 342.7

CDD 323

Bibliotecária do Itaipu Parquetec - Luciana Nahuz CRB9 Nº 2219

Publicação digital (e-book) no formato PDF.



Presidente da República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania
Macaé Maria Evaristo dos Santos

Ficha Técnica

Equipe Técnica

Ana Paula Credendio – Itaipu Parquetec
Daniela Fortunato Rêgo - MDHC
Franciele Cristina Neves – Itaipu Parquetec
João Luiz Moura de Sá - MDHC
Karina Zavilesnki Custódio - Itaipu Parquetec
Leticia Maria Costa da Nóbrega Cesarino – MDHC
Luciana Felix Ferreira - MDHC
Milena Cornelio Olivi – Itaipu Parquetec
Pedro de Lemos MacDowell – MDHC
Poliana Cristina Corrêa - Itaipu Parquetec
Roberto Rocha Coelho Pires – MDHC
Sara Emanuela de Carvalho Mota - MDHC
Werner Olinto Amorin Braga – Itaipu Binacional

Diagramação

Maria Cláudia Kall Ferreira - Itaipu Parquetec
Maristela Coutinho Lima de Aguiar Coelho - Itaipu Parquetec

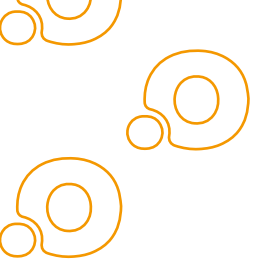
Realização Técnica

Itaipu Binacional
Itaipu Parquetec
Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania

Revisão Ortográfica

Ana Maria Martins Alves Vasconcelos

Governo Federal Brasil
2025



Este material é de titularidade do Itaipu Parquetec, da Itaipu Binacional e do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Ele foi produzido com recursos públicos e tem finalidade educativa; por isso, a reutilização é bem-vinda.

Você pode:

- reproduzir trechos para fins didáticos, acadêmicos ou institucionais, **desde que cite a fonte**;
- imprimir e distribuir cópias físicas no ambiente escolar ou em ações de formação.

Você não pode:

- comercializar o conteúdo ou criar obras derivadas com fins lucrativos sem autorização prévia.

Este material adota a licença **Creative Commons - Atribuição-Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC-SA)**. Para outros usos, solicite autorização ao Itaipu Parquetec.

A violação dos direitos autorais continua sujeita às sanções previstas no artigo 184 do Código Penal e nos artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais).



APRESENTAÇÃO

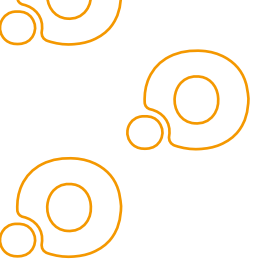
Olá, Educadora e Educador!

Esta cartilha é um instrumento que visa apresentar às/aos diferentes agentes educacionais, o **Observatório Nacional dos Direitos Humanos**, mais conhecido como **ObservaDH**, uma plataforma virtual do **Governo Federal**. A plataforma foi idealizada e produzida pelo **Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)** e visa divulgar informações sobre os Direitos Humanos no Brasil, em linguagem simples e inclusiva, principalmente no que diz respeito aos grupos em maior vulnerabilidade no campo dos Direitos Humanos.

Criamos este material com o propósito de promover esta plataforma no sistema educacional para estimular professoras e professores de todo o Brasil a utilizarem dados e informações sobre Direitos Humanos em sala de aula. Assim, o objetivo pode ser expresso como o suporte ao uso de informações sobre direitos humanos na prática pedagógica, por meio de dados e evidências confiáveis, traduzidos em narrativas acessíveis, educativas e de fácil compreensão.

De maneira conjunta e interdisciplinar, pretendemos promover uma educação mais engajadora, capaz de captar e manter a atenção do estudante, além de proporcionar uma aprendizagem significativa, que reconheça e valorize as experiências do(a) estudante ao longo do processo educativo, conforme defendido por Paulo Freire (2011). A abordagem é direcionada para estimular o pensamento crítico e a promoção de uma cultura voltada para os Direitos Humanos.





LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIA+	Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, <i>Queers</i> , Intersexo, Assexuais e outras
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
MEC	Ministério da Educação
MDHC	Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania
MDS	Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MS	Ministério da Saúde
ObservaDH	Observatório Nacional dos Direitos Humanos
ONU	Organização das Nações Unidas
ONDH	Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica





SUMÁRIO

Apresentação	06
Introdução	09
Direitos Humanos: O que é e para que serve?	11
O que é o ObservaDH?	12
Dados na plataforma: Acesso, confiabilidade e fontes	13
Quais são as temáticas tratadas como prioritárias para os Direitos Humanos no Brasil?	15
Como abordar temas sensíveis e os grupos prioritários?	16
Como utilizar informações e dados do ObservaDH em sala de aula?	23
Sugestões pedagógicas para o uso de dados do ObservaDH em aula	24
Vantagens em trabalhar com os dados do ObservaDH com os estudantes	42
Curiosidades	43
Contato	43
Referências	44
Glossário	46
Sugestões de leitura.....	48



INTRODUÇÃO



FIQUE LIGADO

Nesta cartilha, recomendamos usos dos dados da plataforma para serem aplicados na etapa do Ensino Médio, ou seja, jovens de 14 a 18 anos.

Contudo, a utilização da Plataforma ObservaDH em outras etapas do ensino também pode ser incentivada, desde que seja ajustada de acordo com o entendimento e a maturidade dos/das estudantes.

Em formato digital e aberto, este material se configura como um guia prático para educação em Direitos Humanos na sala de aula.



Você encontrará nesse guia:

- ▶ Uma visão geral dos Direitos Humanos no contexto internacional e no Brasil;
- ▶ O que é o **ObservaDH** e quais são os grupos considerados prioritários pelo **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**;
- ▶ Sugestões de atividades, projetos, recursos didáticos e assuntos para serem abordados em sala de aula de maneira interdisciplinar;
- ▶ Orientações sobre como abordar temáticas sensíveis.

E muito mais.





Todo esse conteúdo está apresentado de forma didática, de fácil compreensão e acesso, e de maneira integrada com o currículo escolar apresentado pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018). Conforme as diretrizes do **Ministério da Educação**, esta cartilha se insere em uma perspectiva de educação integral, visando promover o desenvolvimento de estudantes na lógica de respeito às diferenças, sem preconceitos e fortalecer a cultura de promoção e a defesa dos Direitos Humanos, criando um

(...) posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2018, p. 09)

Em consonância com a BNCC, o conteúdo da cartilha objetiva apoiar professoras e professores a desenvolverem as competências gerais previstas pelo documento, tais como:

- ▶ Argumentar com base em dados, fatos e informações confiáveis;
- ▶ Promover o respeito aos Direitos Humanos e senso ético;
- ▶ Incentivar a consciência socioambiental e o consumo responsável;
- ▶ Estimular a curiosidade intelectual a fim de instigar a análise crítica e a iniciação científica;
- ▶ Propiciar o acesso e a utilização de tecnologias de informação de maneira crítica e ética, de forma que sejam produzidos e reproduzidos conhecimentos válidos, bem como estimule a resolução de problemas e desenvolva o protagonismo do indivíduo.

Sendo assim, este guia prático é uma ferramenta essencial para quem deseja integrar a temática dos Direitos Humanos em suas práticas pedagógicas de forma crítica, contextualizada, reflexiva e transformadora.



Invista na formação de cidadãs e cidadãos **conscientes e participativos!**



DIREITOS HUMANOS: O QUE SÃO E PARA QUE SERVEM?

O século XX vivenciou duas grandes Guerras Mundiais, conflitos que levaram a milhões de mortes e destruições sem antecedentes. O desenvolvimento de tecnologias foi tão intenso que, após o fim da Segunda Guerra Mundial – no ano de 1945 –, os países mais influentes viram a necessidade de criar um pacto global para a paz, para mitigar a possibilidade de uma Terceira Grande Guerra, a qual poderia acabar com a vida humana como a conhecemos.

Como resultado dessa convenção surgiu a **Organização das Nações Unidas (ONU)** em 1945, responsável pela criação da **Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)**, promulgada em 1948. Esse documento buscava e ainda busca garantir a “dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis, [cujo reconhecimento constitui] o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo” (ONU, 1948), com base nos direitos descritos em sua declaração oficial.

No Brasil, os Direitos Humanos são incluídos na Constituição Federal de 1988, também conhecida como “Constituição Cidadã”, pois inclui em seu repertório conceitos básicos da **ONU** para a universalização dos direitos e a garantia da dignidade dos cidadãos.

Neste sentido, os Direitos Humanos, seja na **DUDH** ou na Legislação brasileira, têm a função de garantir a qualidade de vida básica para todos os cidadãos, independentemente de origem, gênero, raça, nacionalidade,



religião, orientação sexual ou qualquer outra característica individual ou coletiva. Os direitos são universais, portanto, se aplicam a todos os humanos, sem exceção.

Além de garantir a dignidade a todos os indivíduos, os Direitos Humanos visam assegurar a liberdade individual, promover a igualdade, combater a discriminação, garantir o acesso à justiça, preservar a paz e a segurança, proteger o meio ambiente e responsabilizar os governos. Dessa forma, eles promovem o desenvolvimento humano e, em especial, a proteção da cidadania, com ênfase nos segmentos prioritários.



O QUE É O OBSERVADH?

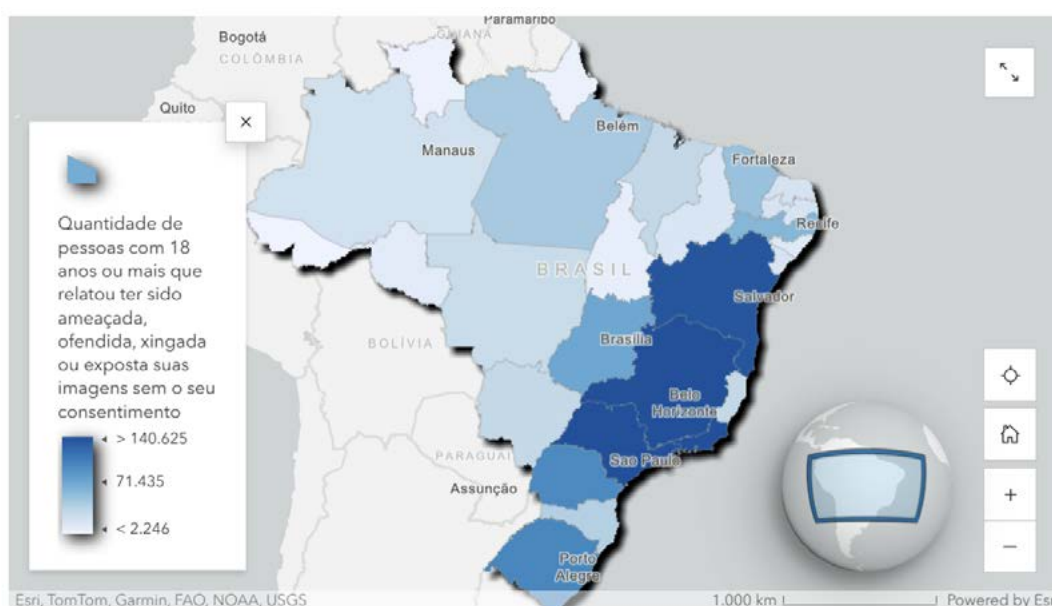
O **Observatório Nacional dos Direitos Humanos – ObservaDH** é uma plataforma do **Governo Federal** que tem como objetivo divulgar informações sobre os Direitos Humanos no Brasil. Esta iniciativa pretende fornecer evidências para planejamento, avaliação, monitoramento e demais tomadas de decisões sobre políticas públicas no país. Desta maneira, pretende-se promover a defesa, a promoção, a proteção e a educação em Direitos Humanos. Também busca contribuir na formação de jovens e adultos e na consolidação de uma cultura de direitos humanos em nosso país.



DADOS NA PLATAFORMA: ACESSO, CONFIABILIDADE E FONTES

O acesso e a compreensão dos dados são facilitados, já que são apresentados na forma de narrativas de dados e painéis. Para ilustrar a maneira como são apresentadas as informações na plataforma, apresentamos o exemplo de um mapa retirado do ObservaDH sobre o tema 'Enfrentamento ao discurso de ódio'. A análise foca na violência online no Brasil, com destaque para os locais com o maior número de agressões no ambiente virtual. Quanto mais escura a cor de representação de cada estado, maior o número de vítimas.

IMAGEM 01 - Quantidade de pessoas com 18 anos ou mais que relataram ter sido ameaçadas, ofendidas, xingadas ou ter expostas suas imagens sem seu consentimento, por UF.



Fonte: ObservaDH, a partir de dados da Pesquisa Nacional de Saúde. Brasil, 2019.

Além de ser virtual, a plataforma é pública e conta com indicadores e índices retirados de dados administrativos federais, sistemas de informação e pesquisas nacionais.



Todos os dados apresentados respeitam a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD, 2018), com atenção especial para os dados sensíveis¹, sempre sendo apresentados de maneira que não violem a integridade das pessoas. São diversas as fontes utilizadas para obtenção de dados, incluindo:

- ▶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- ▶ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- ▶ Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC);
- ▶ Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH);
- ▶ Ministério da Saúde (MS);
- ▶ Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS);
- ▶ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);
- ▶ Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb);
- ▶ E tantos outros órgãos de igual relevância para a análise do cenário nacional dos Direitos Humanos.



IMPORTANTE

O *site* é atualizado regularmente com novas seções temáticas e a inclusão de outros grupos vulneráveis² e temas transversais, para apresentar questões relevantes e atuais para as políticas de direitos humanos no Brasil.

^{1; 2} consulte o Glossário



QUAIS SÃO AS TEMÁTICAS TRATADAS COMO PRIORITÁRIAS PARA OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL?

São muitos os grupos sociais vulnerabilizados e que sofrem por não terem seus direitos básicos atendidos. O processo de atualização do **ObservaDH** é constante, e novos temas são incluídos regularmente.

Na primeira versão de lançamento da plataforma foram elencados temas como: Crianças e adolescentes; Pessoas idosas; Pessoas com deficiência; Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexo, Assexuais e outras (LGBTQIA+³); Pessoas em situação de rua; Pessoas Privadas de Liberdade; Enfrentamento ao discurso de ódio; e Capacidade institucional. Defensores de Direitos Humanos, Registro Civil de Nascimento, Direitos Humanos e Segurança Pública, Memória e Verdade, além do Observatório de Violências nas Escolas, produzido em parceria com o **MEC**, o **Fórum Brasileiro de Segurança Pública** e a **UNESCO**.



³ consulte o Glossário

COMO ABORDAR TEMAS SENSÍVEIS E OS GRUPOS PRIORITÁRIOS?

Um ponto crucial para a promoção da cultura de paz é a utilização de uma abordagem respeitosa e não violenta ao tratar de temas sensíveis e de grupos vulnerabilizados. Esta perspectiva é essencial para fomentar um ambiente de diálogo e entendimento mútuo, com respeito aos direitos humanos.

Temas sensíveis são aqueles que frequentemente geram debates polêmicos, por envolverem questões morais, filosofias de vida ou impactos significativos na vida de outras pessoas. Por sua natureza, exigem uma abordagem cuidadosa, que leve em conta as complexidades envolvidas e as diversas perspectivas existentes.

Abordar esses temas com respeito e empatia é fundamental para promover debates saudáveis e inclusivos, capazes de prevenir desinformação, invisibilidade e discurso de ódio. Além disso, reforçamos o reconhecimento de todos os cidadãos como sujeitos de direitos, empoderados e protagonistas das próprias vidas, para assim fortalecer os alicerces de uma sociedade mais justa e pacífica.

Agora que você teve uma breve explicação sobre as temáticas prioritárias e temas sensíveis, organizamos vinte dicas práticas relacionadas a esses grupos:



1 Informe-se: antes de debater sobre qualquer tema específico, é recomendado buscar informações em fontes confiáveis sobre a temática, assim como se informar sobre as experiências e os desafios enfrentados pelo grupo. O conhecimento é a melhor forma de evitar e combater percepções baseadas em desinformação, ideias equivocadas ou preconceituosas. Assim, ao aprofundarmos nosso conhecimento, avançamos na reflexão e na construção de novos paradigmas. Por exemplo, é provável que uma pessoa sem dificuldades ou limitações motoras, ao conhecer melhor as dificuldades e barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência, passe a se incomodar com ambientes não adaptados para essa população, ainda que, em geral, ela não encontre obstáculos físicos para acessar o local.

SAIBA MAIS

Você sabe o que significa **idadismo** ou **etarismo**? Estes termos se referem aos estereótipos e preconceitos criados em relação à idade. "O preconceito em relação à idade é nocivo à sociedade e pode comprometer a saúde e a dignidade" (BRASIL, 2024).

Para obter mais informações sobre o assunto, acesse o site:



2 Evite generalizações: cada indivíduo possui experiências únicas de vida, mesmo quando vivenciam situações semelhantes às de outras pessoas. Por exemplo, embora as pessoas idosas sejam frequentemente vistas como incapazes de realizar certas atividades físicas, não podemos generalizar e assumir que todos estão incapacitados ou indispostos a executá-las. Portanto, é essencial considerar o contexto e analisar cada situação de forma específica.

3 Utilize linguagem inclusiva: também chamada de "linguagem cidadã", por isso é fundamental adotar uma comunicação simples e acessível, de forma que todos as pessoas, independente do nível de escolaridade, da região ou de outras características, possam compreender a mensagem. O objetivo é promover o respeito e a inclusão de diferentes grupos. Uma maneira para estimular este respeito é utilizar os pronomes corretos para pessoas LGBTQIA+, empregar terminologias respeitosas ao se referir a pessoas com deficiência e ter o cuidado ao tratar sobre questões sensíveis relacionadas a qualquer grupo. Mas você pode estar se perguntando: como saber todos os termos, correto? Embora seja impossível saber de tudo, ao seguir a primeira dica "**informe-se**", certamente começará a usar as expressões corretas com mais frequência.

4 Evite termos pejorativos:

é necessário estar atento a expressões que possam ser preconceituosas ou ofensivas. Ao aprofundar seu conhecimento sobre temas sensíveis e grupos prioritários, você se tornará mais consciente a respeito dos termos pejorativos direcionados a cada grupo e assim evitará utilizá-los. Seguem alguns exemplos de termos pejorativos frequentemente usados, junto com alternativas mais respeitosas para substituí-los: quando falamos sobre deficiências, ainda é comum o uso do termo 'deficiente', que pode ser substituído por 'pessoa com deficiência'; quando falamos de idade, o termo 'velho' é muitas vezes utilizado, mas pode ser trocado por expressões como 'pessoa idosa'. Conscientizar-se sobre estes termos e adotar uma linguagem inclusiva é essencial para criar um ambiente mais acolhedor e respeitoso, especialmente em contextos educacionais e sociais.

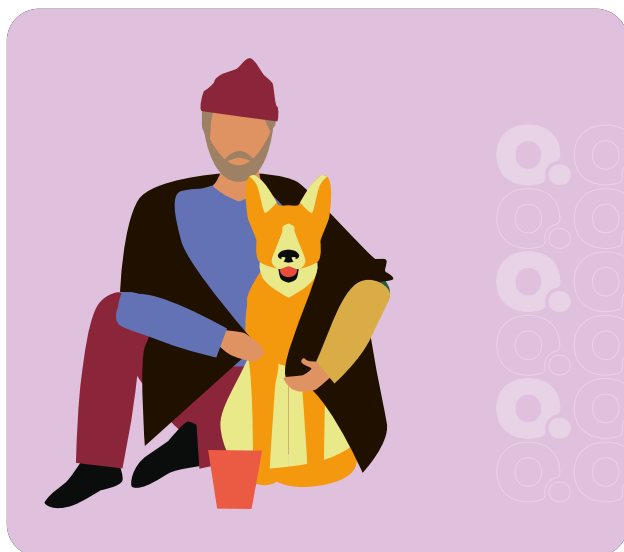
5 Pratique escuta ativa:

com disposição para aprender, dê espaço para que as pessoas que vivenciam determinadas situações possam compartilhar as experiências delas. Atoos como estes evitam julgamentos de valor e interrupções desnecessárias. Se tiver dúvidas, pergunte de maneira gentil e não suponha alguma resposta. Por exemplo, ao precisar identificar o nome e o gênero de alguém, como ao preencher um documento, você pode perguntar: "Com qual gênero você se identifica?" ou "Qual opção devo marcar?" Ao invés de sugerir ou impor um gênero à pessoa.



6 Valide as experiências:

mesmo que você não tenha vivido alguma situação semelhante, reconheça e não diminua a dor nem as dificuldades enfrentadas por outras pessoas. Por exemplo, se alguém expressar que se sentiu ofendido por um comentário, não desvalorize ou desconsidere. Em contrapartida, ouça a perspectiva da pessoa e tente entender o que está acontecendo. Afinal, cada um vivencia a mesma situação de maneira única.



7 Promova ambientes seguros: é importante estabelecer lugares onde todos se sintam à vontade para expressar opiniões e sentimentos, evitando julgamentos. Na sala de aula, por exemplo, o estudo sobre temas sensíveis e a mediação promovida pelo/pela docente são essenciais para que os jovens iniciem uma jornada de pensamento crítico, e assim possam desenvolver uma linguagem respeitosa e inclusiva. Neste sentido, aborde temas que são de interesse dos jovens, promova informação e debates que estimulem o conhecimento e o respeito.



8 Estabeleça regras de respeito: sempre que houver debates ou conversas que possam se tornar polêmicas, é essencial definir regras para que o respeito entre as partes se mantenha e para evitar violências desnecessárias. A definição dessas regras precisa ser construída de forma coletiva e democrática, para que faça sentido para os participantes e receba a aprovação de todos.

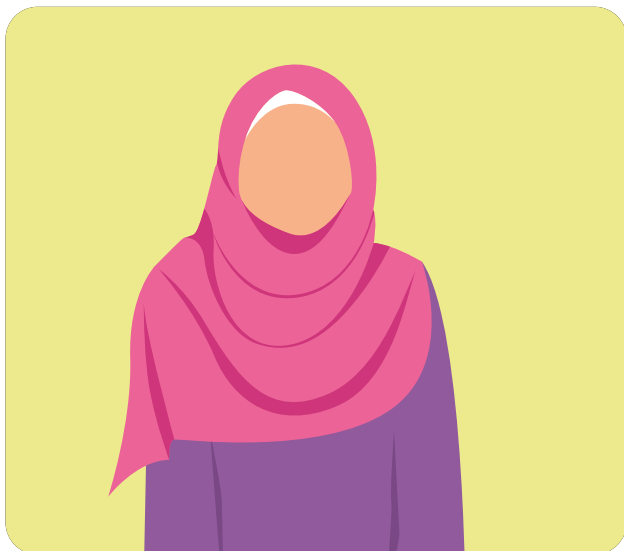
9 Desafie mitos e preconceitos: é importante combater a desinformação. Se ouvir informações equivocadas, preconceituosas ou falsas, de maneira educada e clara, apresente fatos e argumentos fundamentados. Por exemplo, é comum a crença de que as mulheres possuem uma inclinação natural para a maternidade, uma ideia perpetuada ao longo de gerações. No entanto, é fundamental reconhecer que a maternidade não é um desejo universal entre elas.

10 Promova o pensamento crítico: sempre de maneira respeitosa, incentive os demais a questionarem suas crenças e “verdades absolutas”, ou seja, pensar de maneira crítica sobre os paradigmas sociais. Mas como podemos incentivar esta prática? É necessário evidenciar que a busca por conhecimento antes da formação da opinião é essencial para a construção de pensamentos menos preconceituosos sobre os temas sensíveis.



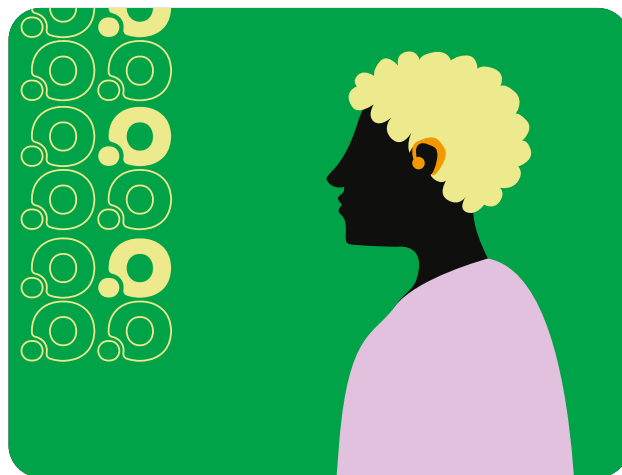
11 Reconheça contextos e diferenças:

Cada pessoa interpreta o mundo com base no que aprende em sua cultura. Por isso, as questões culturais têm grande influência nas crenças e experiências de cada indivíduo. Embora a cultura não seja algo fixo ou imutável, ela tem o poder de influenciar a maneira como cada indivíduo percebe os fatos. Com isso em mente, é importante estar ciente das particularidades de cada grupo e evitar julgamentos baseados na própria realidade. Por exemplo: "Em culturas islâmicas, o uso do hijab (conhecido popularmente como véu), que esconde os cabelos das mulheres, muitas vezes é valorizado. Já em países ocidentais, é mais frequente que seja hiper valorizada (e até sexualizada) a exibição dos cabelos femininos.



12 Respeite o tempo e o espaço de cada um:

muitas vezes, as pessoas podem não estar prontas para discutir certos assuntos ou compartilhar experiências. Por isso, é importante respeitar o tempo de cada um e entender que nem sempre estão dispostas a expressar suas perspectivas. Nesse caso, é válido convidá-las a refletir sobre o tema e, se preferirem não falar, incentivá-las a pensar e se informar a respeito.



13 Envolve as próprias comunidades:

sempre que possível, ouça o depoimento de pessoas que vivenciaram situações ligadas aos grupos que mais sofrem com o preconceito. Esta conversa pode auxiliar na ampliação do conhecimento e na compreensão sobre diferentes perspectivas de vida.



14 Fomente a solidariedade: ações que incentivam o apoio mútuo entre diferentes grupos e que possibilitam a inclusão são estratégias que auxiliam a promoção e a valorização da diversidade e do respeito.

17 Reconheça os próprios preconceitos: todos possuímos preconceitos, então é necessário assumir e trabalhar para podermos superá-los. A reflexão é um dos primeiros passos para a promoção do respeito.

15 Condene o ódio: manifestações de ódio são consideradas crime, portanto, é necessário intervir de maneira firme e calma quando presenciar situações discriminatórias.

Atenção: é necessário agir mesmo quando a ação discriminatória não for direcionada a você, a seus familiares ou a conhecidos. Não podemos tolerar tal atitude.

18 Esteja aberto/aberta para o aprendizado: o processo de aprendizagem é contínuo, portanto, é necessário ter em mente que podemos aprender frequentemente e que não podemos saber tudo. Sendo assim, quando nos deparamos com um tema "novo" ou que sabemos pouco a respeito, é importante buscarmos informações confiáveis para desenvolvermos opiniões bem fundamentadas.

16 Eduque sobre os danos do ódio: o discurso de ódio afeta negativamente a sociedade, mas, em especial, determinados grupos vivenciam tais violências com mais frequência que outros. É fundamental que conscientizemos as pessoas sobre os danos e as consequências que tais ações podem gerar.



19 Participe de iniciativas inclusivas:

se o objetivo é expandir suas perspectivas sobre outras realidades, uma boa sugestão é começar a se engajar em campanhas, acompanhar iniciativas que promovam direitos fundamentais e participar de eventos voltados principalmente para comunidades mais vulneráveis.

20 Compartilhe informações positivas:

uma forma de promover uma boa perspectiva sobre os grupos mais vulneráveis é divulgar histórias de superação, de resistências e conquistas e que ajudam no combate a percepções negativas.

Essas dicas podem ajudar você, professor(a) e demais educadores(as), a promover conversas mais construtivas, em que todas as pessoas se sintam respeitadas e valorizadas. Tais ações combatem a discriminação, a violência e o discurso de ódio. Dessa maneira, se faz necessário reforçar a educação quanto aos Direitos Humanos, estimular uma comunicação responsável e valorizar todos os indivíduos, independente de suas características, sejam elas etárias, físicas, de gênero, sexuais, ou outras.

Sugestões de leituras que fomentam o respeito:

► **Guia para comunicação responsável sobre a pessoa idosa** - documento elaborado pelo MDHC que tem como objetivo combater o preconceito por faixa etária, discutir sobre o etarismo, a fim de estimular uma linguagem respeitosa e valorizar a pessoa idosa.



► **Cartilha de Promoção à Liberdade religiosa** - produção do MDHC em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia, com o objetivo de fomentar o respeito à pluralidade religiosa no Brasil.



► **Cartilha Escola Segura** - material desenvolvido pelo MEC para orientar conversas com crianças e jovens sobre temas relacionados à violência online.



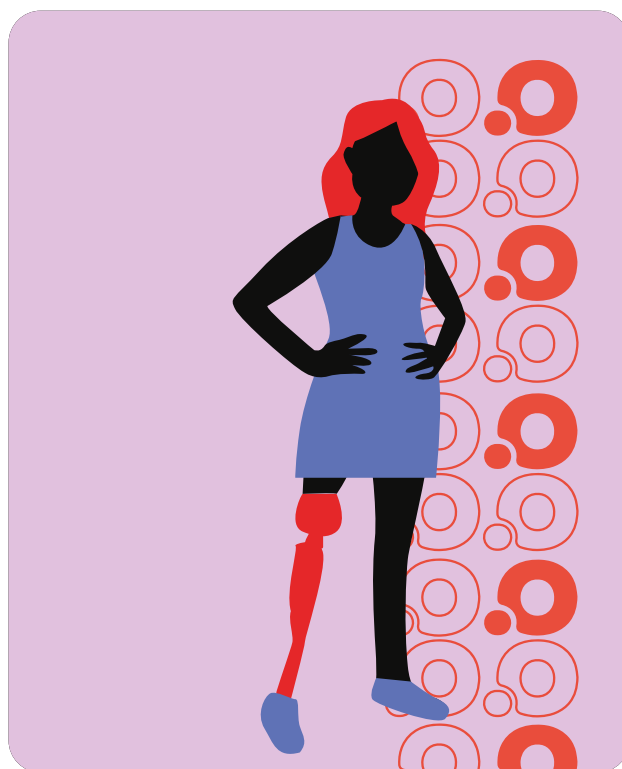
► **Cadernos LGBTQIA+ Cidadania** - material desenvolvido pelo MDHC que tem como objetivo promover o entendimento, o respeito e a defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+.



COMO UTILIZAR INFORMAÇÕES E DADOS DO OBSERVADH EM SALA DE AULA

Os dados apresentados na plataforma são de fácil compreensão, ordenados e apresentados de maneira didática, interativa e organizada. As análises construídas são baseadas em dados reais e capturados de maneira responsável e ética.

Além disso, os assuntos que envolvem os Direitos Humanos são essenciais para a formação crítica das/dos estudantes, fazendo-os/as conhecer a realidade de outros indivíduos no país. Desta maneira, aprender sobre tais assuntos possibilita o conhecimento sobre os direitos básicos garantidos por lei na busca por justiça social, além de promover a empatia e a cultura para a paz.



SUGESTÕES PEDAGÓGICAS PARA O USO DE DADOS DO OBSERVADH EM AULA

Existem diversos dados da Plataforma **ObservaDH** que podem ser utilizados em sala de aula. As informações são apresentadas em formatos diferenciados e podem ser analisadas de maneira interdisciplinar. Mas você, professora e professor, deve estar se perguntando: como posso utilizar os dados apresentados por esta plataforma em sala de aula?

Antes de apresentar algumas aplicações em sala de aula, é importante lembrar que relacionar as atividades com temas que despertem o interesse das/dos estudantes aumenta significativamente o engajamento deles.

Outra dica é aproveitar as temáticas que estão nas mídias internacional, nacional e/ou regional, fazendo com que as/os estudantes analisem algo que, supostamente, eles já têm algum conhecimento, portanto, é possível que tenham algum interesse sobre o assunto.

É igualmente importante promover atividades na instituição de ensino que estejam alinhadas aos Projetos Políticos Pedagógicos, bem como aos temas transversais definidos na **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**.

Apesar de os exemplos estarem organizados por áreas de conhecimento, as atividades não precisam ficar exclusivas para os respectivos componentes curriculares; a interdisciplinaridade na discussão dos temas que envolvem Direitos Humanos pode promover maior engajamento dos jovens, assim como enriquecer os conteúdos trabalhados em sala de aula.



Seguem algumas ideias metodológicas para que sejam trabalhadas as temáticas em sala de aula:

INFOGRÁFICO 01 - Linguagens e suas tecnologias.



Fonte: Elaboração Itaipu Parquetec. Brasil, 2025.

1) LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS

Área do conhecimento que compreende os itinerários de Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa:

a) Análise e interpretação de texto

As narrativas de dados do **ObservaDH** podem contribuir para exercícios de análise em sala de aula. Por isso, é interessante compreender o tipo textual, as intenções dos autores e do texto, verificar as informações, contextualizar, analisar o discurso de sujeitos e quaisquer outras temáticas próprias da área da linguagem. Por exemplo, é possível analisar a narrativa construída sobre a temática "Ameaças e violações contra defensores de Direitos Humanos". Além de analisar os atores envolvidos, os índices de violência, interpretar o perfil das violências e outros dados de igual relevância no corpo do texto. Competência 4: "analisar a língua como expressão histórica, social e com diferentes usos" (BRASIL, 2018).

b) Análise crítica de discurso

Resgatar e analisar entrevistas e testemunhos de diferentes atores sociais sobre a mesma temática que envolve os Direitos Humanos, tais como **Martin Luther King, Malala Yousafzai**, entre outras **personalidades influentes na história**. Solicitar que as/os estudantes realizem análise da linguagem utilizada, e como ocorrem a construção dos argumentos, o poder de persuasão e a linguagem corporal. Neste sentido, é possível convidar militantes de direitos humanos ou pessoas que foram diretamente afetadas por violações para compartilhar experiências, utilizando dados para contextualizar e entender melhor os casos. Outra forma é elencar diferentes meios de comunicação, como a TV e as redes sociais, e analisar os discursos mais recorrentes sobre determinado assunto.

Exemplo: convidar uma pessoa que já foi alvo de discurso de ódio no cenário LGBTQIA+ ou um indivíduo que foi descreditado no mercado de trabalho por possuir alguma deficiência ou por etarismo. Competência 1: "compreensão sobre o funcionamento dos diferentes tipos de linguagens e produção de discursos em diferentes campos de comunicação, auxiliando na interpretação da realidade" (BRASIL, 2018).

c) Exposições e meios de comunicação

Ao elencar um tema prioritário, analisá-lo com informações confiáveis e ao propor iniciativas que almejem a sensibilização dos diferentes membros escolares, como concurso de desenho, peças teatrais, apresentações musicais, ou qualquer manifestação de grupo. Outra ideia seria a formação e a utilização de redes de comunicação da escola, como jornal ou cartilha informativa com as principais informações sobre determinado grupo, ou ainda uma web rádio, podcast, fanzines ou outro meio utilizado popularmente pelos jovens. Competência 2: "compreensão de processos identitários, relações de poder que permeiam práticas sociais, respeito à diversidade e à pluralidade de ideias, estimulando a democracia e o diálogo respeitoso" (BRASIL, 2018). Competência 7: "mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas" (BRASIL, 2018).

d) Debates e Simulações

Organizar debates simulados onde os estudantes devem argumentar sobre dilemas éticos relacionados aos Direitos Humanos

e/ou às Violações de Direitos Humanos considerando as narrativas de dados sobre públicos prioritários no **ObservaDH** e usando dados estatísticos como suporte para suas posições. A organização do debate ou júri pode estimular a análise dos dados e as referências disponíveis na plataforma, que levam a reflexões sobre o impacto das violações sobre a população afetada, assim como as possíveis medidas para prevenir futuras violações. Exemplo: desenvolver um "Júri Simulado" ao reproduzir um caso de violência que chocou a comunidade local; ao atribuir diferentes papéis aos estudantes (como advogado(a), juiz(a), acusado(a), dentre outros), desafiá-los/las a resolver o caso e utilizar argumentos convincentes; outra possibilidade seria a elaboração de um debate sobre os limites éticos no uso da medicina e na criação de armas para guerras; ou ainda, alinhar as discussões com datas de sensibilização, como o dia 17 de maio, Dia Internacional contra a violência contra pessoas LGBTQIA+, e realizar atividades de maneira direcionada. Competência 3: "utilizar diferentes linguagens para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos" (BRASIL, 2018).

e) Resgate de literatura marginalizada

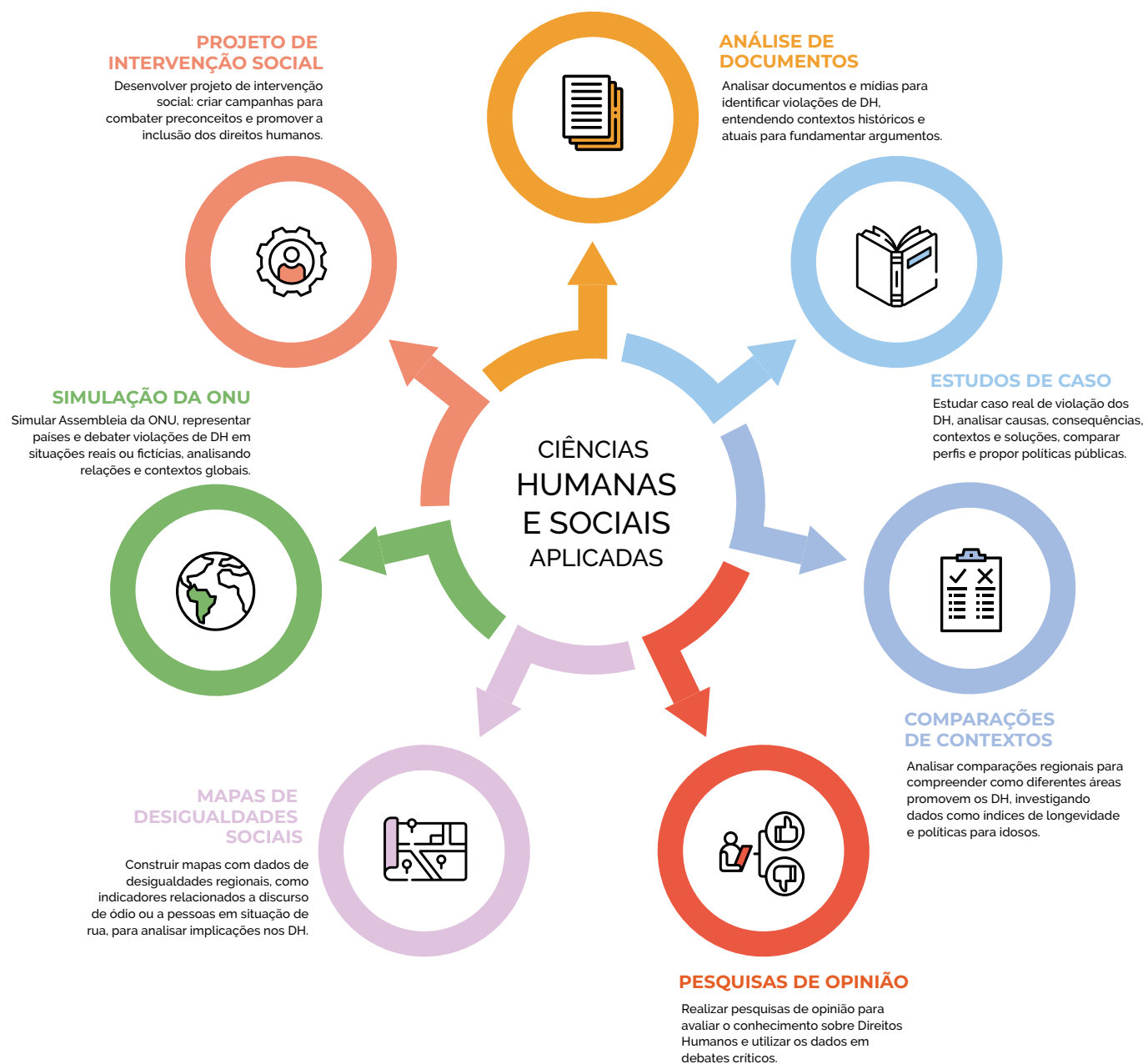
É importante que o/a professor(a) traga autores que tratam de questões referentes às minorias (negros, indígenas, LGBTQIA+), como **Conceição Evaristo**, Maya Angelou, **Chimamanda Ngozi Adichie**, **Ailton Krenak**, **Carolina Maria de Jesus**, **Eliane Potiguara**, entre tantos/tantas outros/outras autoras. Vale pedir que as/os estudantes reflitam sobre a representação social nos textos e a importância dessas vozes na literatura. Competência 1: "Compreender o

funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade" (BRASIL, 2018). Competência 2: "Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, (...) exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza" (BRASIL, 2018). Competência 5: "Compreender os processos de produção e negociação de sentidos nas práticas corporais, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressão de valores e identidades, em uma perspectiva democrática e de respeito à diversidade" (BRASIL, 2018).

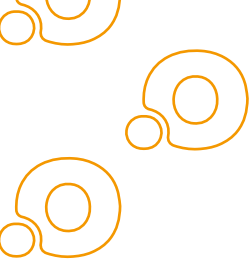
f) Análise de propagandas e notícias falsas (Fake News)

Fazer uso de materiais diversos e, em especial, jornalísticos para que as leituras sejam críticas e os/as estudantes possam interpretar as influências que o texto almeja. O/A professor(a) precisa auxiliá-las/los a identificarem notícias falsas e manipulação de informações sobre direitos humanos. Estas aprendizagens fomentam o senso crítico dos/das estudantes. Competência 2: "Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem" (BRASIL, 2018). Competência 4: "Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso" (BRASIL, 2018).

INFOGRÁFICO 02 - Ciências humanas e sociais aplicadas.



Fonte: Elaboração Itaipu Parquetec, Brasil, 2025.



2) CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Área de conhecimento que compreende os itinerários de Filosofia, Geografia, História e Sociologia.

a) Estudos de Caso

Escolher um caso real para análise da violação dos Direitos Humanos para analisar causas, consequências e possíveis soluções. Por exemplo: ao se analisar a situação das pessoas em situação de rua, é possível examinar os índices por regiões do país e da própria cidade. Assim, quando se comparam e se analisam os perfis mais recorrentes, é possível trabalhar na proposição de políticas públicas que visem minimizar a situação de vulnerabilidade; ou ainda, resgatar algum caso público de violação dos Direitos Humanos básicos e analisar suas condições históricas, sociais e legais. Competência 5: "Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos" (BRASIL, 2018).

b) Análise de Documentos

Fazer uso de diferentes mídias de comunicação para analisar violações de Direitos Humanos no Brasil e no Planeta. Exemplo: examinar meios de comunicação locais e regionais na busca de violações de direitos, como a prática ilegal da tortura ou denúncias de escravidão moderna; outra ideia se desenvolve em análise de documentos históricos, como a legislação do período monárquico brasileiro, quando a escravidão e a tortura não eram entendidas

como crimes ao serem praticadas contra escravos. Competência 1: "Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, (...), de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica" (BRASIL, 2018). Competência 4: "Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades" (BRASIL, 2018). Competência 5: "Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos" (BRASIL, 2018).

c) Comparações de contextos

Analisar como as diferentes regiões lidam com questões de Direitos Humanos, com base em dados comparativos para entender as políticas e práticas variadas. Exemplo: analisar de maneira crítica os índices de longevidade por regiões do país e como os diferentes estados elaboram políticas que promovem os direitos e a defesa de pessoas idosas. Competência 1: "Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se

criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica" (BRASIL, 2018). Competência 2: "Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações" (BRASIL, 2018). Competência 3: "Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global" (BRASIL, 2018). Competência 5: "Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos" (BRASIL, 2018).

d) Pesquisas de opinião

Realizar pesquisas entre os discentes para avaliar o conhecimento e as opiniões sobre temas específicos de direitos humanos, e depois utilizar esses dados para discussões em sala de aula. Exemplo: a liberdade de expressão deve ser limitada ou ilimitada? Quanto às expressões de ódio, as pessoas podem ter espaço para expressá-las

publicamente, mesmo que afetem os direitos básicos de outros? Competência 6: "Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade" (BRASIL, 2018).

e) Mapa de Desigualdades Sociais

Com base em dados do IBGE ou outras fontes, peça para que os estudantes construam mapas que mostrem desigualdades regionais no Brasil, tais como os índices regionais e perfis que envolvem o Discurso de Ódio no país ou pessoas em situação de rua. Independente do tema elencado para a atividade, é importante a discussão sobre as implicações da situação para a efetivação dos Direitos Humanos. Competência 1: "analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial (...), de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica" (BRASIL, 2018). Competência 4: "analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades" (BRASIL, 2018).



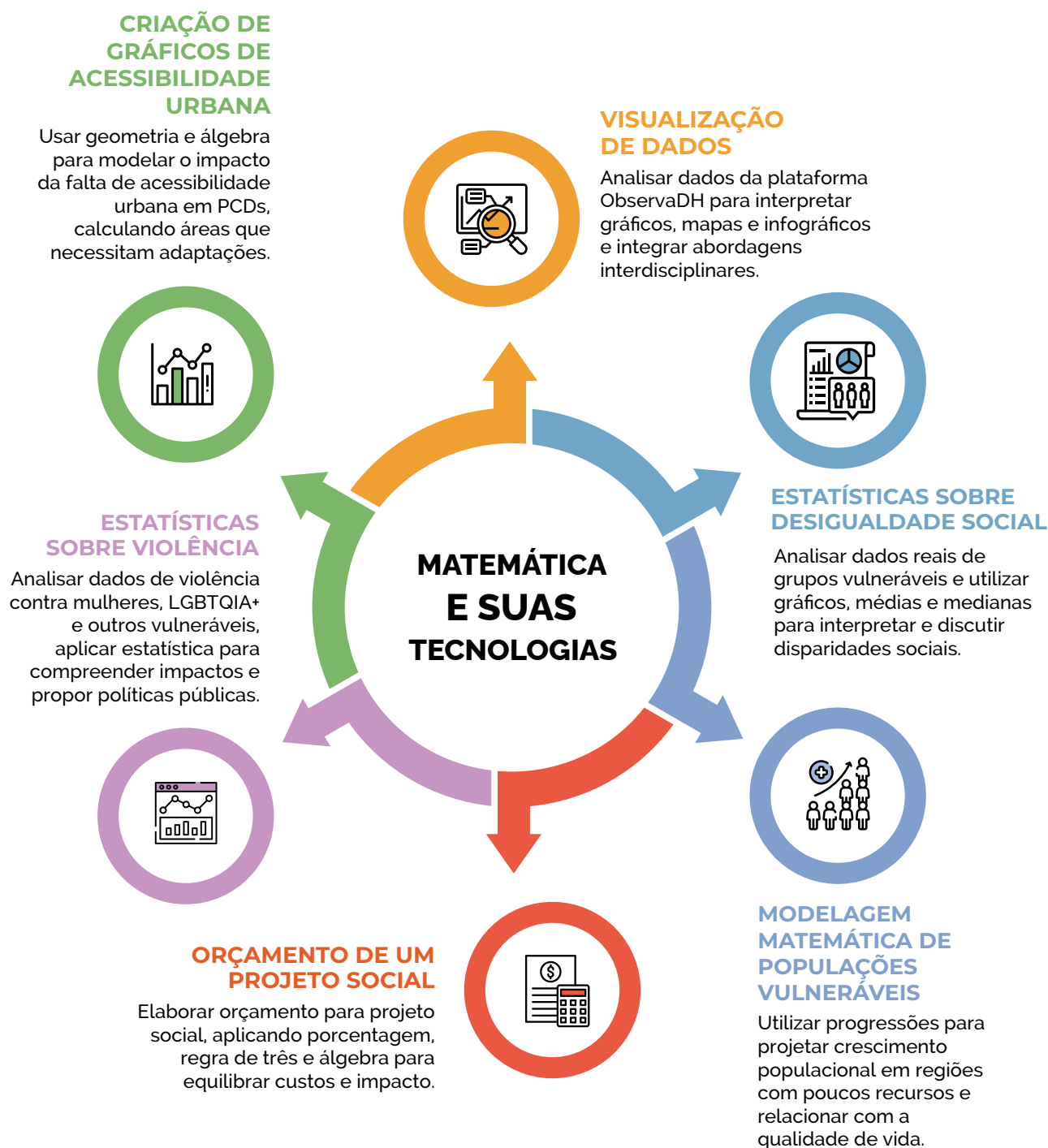
f) Simulação da ONU

Organize uma simulação de uma Assembleia da **Organização das Nações Unidas (ONU)** ou de um tribunal internacional, em que os estudantes representam diferentes países ou organizações e discutam sobre violações de direitos humanos em uma situação fictícia ou real. Competência 1: "analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica" (BRASIL, 2018). Competência 2: "analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações" (BRASIL, 2018). Competência 4: "analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades" (BRASIL, 2018).

g) Projeto de Intervenção Social

Estimule os estudantes a criarem projetos de intervenção para ajudar a solucionar um problema quanto aos direitos humanos onde moram. Isso pode incluir campanhas de conscientização, como combates a respeito de discursos de ódio recorrentes no espaço escolar, tais como racismo, descrédito a pessoas com deficiência, homofobia, desvalorização do trabalho da equipe de limpeza ou qualquer outra manifestação de preconceito. Também é interessante propor que os estudantes avaliem até que ponto a escola está preparada para acolher e incluir essa diversidade de perfis a partir de problemáticas vivenciadas por alguns públicos abordados no **ObservaDH**, como pessoas com deficiências, crianças e adolescentes, pessoas LGBTQIA+, que conheçam melhor a experiência das pessoas que vivem situações específicas e que precisam ter seus direitos acolhidos. Competência 5: "identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos" (BRASIL, 2018).





3) MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS

a) Visualização de dados

Uma estratégia é a utilização de dados expostos na plataforma para análises interdisciplinares, como a interpretação dos gráficos, mapas e infográficos disponíveis na plataforma **ObservaDH**. Exemplo: fazer análises de porcentagens, medidas de frequência e leituras de gráficos; analisar os dados para realizar análises conjuntamente com outros itinerários. Competência 1: "utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos" (BRASIL, 2018).

b) Estatísticas sobre desigualdade social

Análise de dados reais sobre crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiências ou outros grupos considerados vulneráveis. Os estudantes podem usar gráficos, médias e medianas para interpretar os dados, além de poderem discutir sobre as disparidades. Competência 1: "utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos" (BRASIL, 2018). Competência 3: "utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos, analisando a plausibilidade dos resultados e a adequação das soluções propostas, de modo a construir argumentação consistente" (BRASIL, 2018).

c) Modelagem matemática de populações vulneráveis

É possível utilizar conceitos de progressões aritméticas e geométricas para projetar o crescimento populacional em regiões com menos acesso a recursos. A discussão pode incluir a relação entre crescimento populacional e qualidade de vida. Competência 1: "utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos" (BRASIL, 2018). Competência 3: "utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos, analisando a plausibilidade dos resultados e a adequação das soluções propostas, de modo a construir argumentação consistente" (BRASIL, 2018).

d) Orçamento de um projeto social

É possível propor aos estudantes a criação de um orçamento para um projeto educacional para melhorar as condições de vida dos moradores de uma comunidade desfavorecida, ao serem aplicados conceitos de porcentagem, regra de três e álgebra para equilibrar custos e impacto. Competência 1: "utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos" (BRASIL, 2018). Competência 2: "propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis, com base na



análise de problemas sociais, (...) mobilizando e articulando conceitos, procedimentos e linguagens próprios da Matemática" (BRASIL, 2018). Competência 3: "utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos, analisando a plausibilidade dos resultados e a adequação das soluções propostas, de modo a construir argumentação consistente" (BRASIL, 2018).

e) Estatísticas sobre violências

Outra alternativa é analisar dados de violência contra a mulher, comunidade LGBTQIA+ ou outro grupo vulnerável a tais situações, a partir da aplicação de conceitos de probabilidade e estatística para entender o impacto social e assim propor soluções baseadas em políticas públicas. Competência 1: "utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos" (BRASIL, 2018). Competência 2: "propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis, com base na análise de problemas sociais" (BRASIL, 2018).

f) Criação de gráficos de acessibilidade urbana

Os estudantes podem usar geometria e álgebra para modelar o impacto da falta de acessibilidade em pessoas com deficiências (PCD) nas grandes cidades, pelo cálculo de áreas que apresentam necessidade de adaptação. Competência 1: "utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos" (BRASIL, 2018). Competência 2: "propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis, com base na análise de problemas sociais, (...) mobilizando e articulando conceitos, procedimentos e linguagens próprios da Matemática" (BRASIL, 2018). Competência 3: "utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos, analisando a plausibilidade dos resultados e a adequação das soluções propostas, de modo a construir argumentação consistente" (BRASIL, 2018).



INFOGRÁFICO 04 - Ciências da natureza e suas tecnologias.



Fonte: Elaboração Itaipu Parquetec. Brasil, 2025.

4) CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS

Área de conhecimento que compreende os itinerários de biologia, física e química.

a) Impacto ambiental e mudanças climáticas

Explore com os estudantes como os desastres ambientais (tais como desmatamento, poluição, mudanças climáticas, dentre tantos outros) podem afetar as comunidades mais vulneráveis, muitas vezes quando são forçadas a migrarem e quando há crises humanitárias. Os estudantes podem pesquisar exemplos e propor soluções para minimizar os impactos ou ainda pensar sobre o papel da ciência na mitigação dos efeitos climáticos. **Essa atividade pode ser um bom mote para se trabalhar o conceito de racismo ambiental.** Competência 1: "analisar fenômenos naturais e processos tecnológicos, com base nas interações e relações entre matéria e energia, para propor ações individuais e coletivas que aperfeiçoem processos produtivos, minimizem impactos socioambientais e melhorem as condições de vida em âmbito local, regional e global" (BRASIL, 2018). Competência 3: "investigar situações-problema e avaliar aplicações do conhecimento científico e tecnológico e suas implicações no mundo, utilizando procedimentos e linguagens próprios das Ciências da Natureza, para propor soluções que considerem demandas locais, regionais e/ou globais, e comunicar suas descobertas e conclusões a públicos variados" (BRASIL, 2018).

b) Acesso à água potável

Desenvolva uma aula sobre a escassez de água e como o acesso a este recurso básico é um direito humano fundamental. Como exemplo de atividade, é interessante estimular que os estudantes investiguem tecnologias que possam ser utilizadas para garantir o acesso à água potável em áreas carentes. Outro exemplo relevante que pode ser trabalhado em sala de aula diz respeito ao acesso à água e a saúde no contexto das pessoas privadas de liberdade. No site do ObservaDH, é possível encontrar dados sobre esse tema no eixo "Pessoas Privadas de Liberdade", especificamente nos quadrantes denominados "Saúde e doenças no Sistema Penitenciário" e "Acesso à água e à alimentação adequada". Competência 1: "analisar fenômenos naturais e processos tecnológicos, com base nas interações e relações entre matéria e energia, para propor ações individuais e coletivas que aperfeiçoem processos produtivos, minimizem impactos socioambientais e melhorem as condições de vida em âmbito local, regional e global" (BRASIL, 2018). Competência 3: Investigar situações-problema e avaliar aplicações do conhecimento científico e tecnológico e suas implicações no mundo, utilizando procedimentos e linguagens próprios das Ciências da Natureza, para propor soluções que considerem demandas locais, regionais e/ou globais, e comunicar suas descobertas e conclusões a públicos variados" (BRASIL, 2018).

c) Saúde Pública

Promova discussões sobre como a falta de acesso aos cuidados adequados à saúde pode ser uma violação dos direitos humanos. Estude doenças negligenciadas em comunidades pobres e promova debates sobre a importância da vacinação. Competência 2: "analisar e utilizar interpretações sobre a dinâmica da Vida, da Terra e do Cosmos para elaborar argumentos, realizar previsões sobre o funcionamento e a evolução dos seres vivos e do Universo, e fundamentar e defender decisões éticas e responsáveis" (BRASIL, 2018). Competência 3: "investigar situações-problema e avaliar aplicações do conhecimento científico e tecnológico e suas implicações no mundo, utilizando procedimentos e linguagens próprios das Ciências da Natureza, para propor soluções que considerem demandas locais, regionais e/ou globais, e comunicar suas descobertas e conclusões a públicos variados, em diversos contextos" (BRASIL, 2018).

d) Saúde Mental

Instigue os/as estudantes a investigarem sobre os diversos impactos das tecnologias sobre a saúde mental, como o uso excessivo de telas e suas consequências (postura corporal, dependência, ansiedade, irritabilidade, dentre muitos outros), o "racismo" dos algoritmos (tal como o treinamento de sistemas que reproduzem preconceitos e podem tomar decisões injustas) e a facilidade na disseminação dos discursos de ódio nas redes sociais. Procure evidenciar como a ciência pode ajudar a melhorar a saúde mental e o bem-estar dos seres vivos, e reforce que este tema está frequentemente em pauta. Vale também a sugestão de que se discuta a importância do acesso a

tratamentos psicológicos como um direito humano e se investiguem as tecnologias e terapias modernas voltadas para a saúde mental. Competência 2: "analisar e utilizar interpretações sobre a dinâmica da Vida, da Terra e do Cosmos para elaborar argumentos, realizar previsões sobre o funcionamento e a evolução dos seres vivos e do Universo, e fundamentar e defender decisões éticas e responsáveis" (BRASIL, 2018). Competência 3: "investigar situações-problema e avaliar aplicações do conhecimento científico e tecnológico e suas implicações no mundo, utilizando procedimentos e linguagens próprios das Ciências da Natureza, para propor soluções que considerem demandas locais, regionais e/ou globais, e comunicar suas descobertas e conclusões a públicos variados, em diversos contextos" (BRASIL, 2018).

e) Energias Renováveis

Promova debates sobre o impacto das fontes de energia no bem-estar humano, compare a dependência de combustíveis fósseis com o potencial das energias renováveis para garantir um futuro mais sustentável e justo. Outro ponto importante a ser discutido é o impacto ético da biotecnologia, com destaque para questões como a engenharia genética, a clonagem e os testes em seres humanos. Uma ideia interessante é analisar as fontes de energias já usadas na história, como os benefícios e malefícios do uso da energia atômica, assim como as consequências no caso de uma catástrofe, como foi o caso da usina de Chernobyl em 1986, na Ucrânia. Competência 1: "analisar fenômenos naturais e processos tecnológicos, com base nas interações e relações entre matéria e energia, para propor ações individuais e coletivas



que aperfeiçoem processos produtivos, minimizem impactos socioambientais e melhorem as condições de vida em âmbito local, regional e global" (BRASIL, 2018). Competência 2: "analisar e utilizar interpretações sobre a dinâmica da Vida, da Terra e do Cosmos para elaborar argumentos, realizar previsões sobre o funcionamento e a evolução dos seres vivos e do Universo, e fundamentar e defender decisões éticas e responsáveis" (BRASIL, 2018).

f) Tecnologia e Inclusão Social

É possível explorar como a tecnologia pode ser usada para promover direitos humanos, quando são analisadas, por exemplo, inovações como próteses acessíveis e dispositivos médicos de baixo custo, que aumentam a qualidade de vida de populações mais vulneráveis. Outra sugestão de tema que pode ser explorado é sobre o uso de recursos tecnológicos entre as diferentes gerações e a necessidade de adaptação para públicos específicos, como pessoas idosas e pessoas com deficiência. Competência 1: "analisar fenômenos naturais e processos tecnológicos, com base nas interações e relações entre matéria e energia, para propor ações individuais e coletivas que aperfeiçoem processos produtivos, minimizem impactos socioambientais e melhorem as condições de vida em âmbito local, regional e global" (BRASIL, 2018). Competência 2: "analisar e utilizar interpretações sobre a dinâmica da Vida, da Terra e do Cosmos para elaborar argumentos, realizar previsões sobre o funcionamento e a evolução dos seres vivos e do Universo, e fundamentar e defender decisões éticas e responsáveis" (BRASIL, 2018).

INFOGRÁFICO 05 - Ações interdisciplinares.



Fonte: Elaboração Itaipu Parquetec. Brasil, 2025.

5) AÇÕES INTERDISCIPLINARES

a) Debate sobre liberdade de expressão

Organizar debates sobre os limites da liberdade de expressão, utilizando textos argumentativos como base. Os alunos podem escrever redações com diferentes pontos de vista, desenvolvendo a habilidade de argumentar de forma ética.

b) Projetos de Pesquisa e de Integração interdisciplinar

Outra estratégia é incentivar a iniciação científica de diferentes tipos (bibliográfica, de campo, experimentos, levantamento de dados, etc.). Além disso, é interessante atribuir uma questão específica de Direitos Humanos à tarefa de investigar, a partir de coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos para a obtenção das conclusões informadas. Exemplo: investigar os direitos básicos das crianças e dos adolescentes (ECA), assim como as violações mais constantes; ou seja, explorar temáticas dos direitos humanos de forma abrangente e contextualizada, pela conexão de diferentes áreas do conhecimento e a promoção do desenvolvimento de habilidades essenciais para os estudantes do século XXI. No que concerne ao ambiente que esses jovens estão inseridos, também é interessante estimular a investigação de um micro contexto na escola, pela comparação de perspectivas locais e mais amplas, assim como o estudo da viabilidade de aplicação de soluções que deram certo em outro contexto.

c) Clube do Livro

De maneira interdisciplinar, é possível escolher livros da literatura clássica brasileira e/ou estrangeira, assim como escritos contemporâneos, que tragam para discussão histórico-social em diversas temáticas que podem ser trabalhadas transversalmente. A internet oferece um universo de livros digitais para **download**, gratuitos ou pagos,

abrangendo diferentes gêneros literários e temáticas, como o clássico "O Cortiço", de Aluísio de Azevedo (1890), que retrata o cenário histórico brasileiro e as classes populares cariocas do final do século XIX. Existem inúmeras obras literárias que podem ser usadas e trabalhadas em sala de aula de maneira interdisciplinar e transversal com temáticas prioritárias que convergem com os dados do **ObservaDH**.

d) Estudo de letras de músicas com temática social

Análise de letras de músicas que abordam questões como preconceito, igualdade e justiça social. A partir disso, incentive as/os estudantes a criarem as próprias composições ou poemas com foco em direitos humanos. O público jovem tem grande atração por diversos gêneros musicais, então, é um recurso extremamente válido escolher um artista e uma música que tratem de um tema interessante para análise crítica em sala. Um grupo musical frequentemente aclamado pelos jovens são os Racionais, e as músicas deles referem-se a grupos vulneráveis, à negação dos direitos básicos destas pessoas, sem falar que são alvos frequentes de discursos de ódio.

f) Campanhas de conscientização

Incentive os/as estudantes a desenvolverem campanhas de conscientização sobre temas relacionados aos direitos humanos. Estas campanhas podem ser apresentadas no formato de peças publicitárias ou vídeos curtos, que abordem temas como igualdade de gênero, inclusão, racismo, pessoas privadas de liberdade, combate ao discurso de ódio e à tortura. Para isso, os alunos devem utilizar técnicas de produção audiovisual e estratégias de argumentação capazes de impactar o público, embasando suas mensagens em

dados estatísticos e planejando estratégias eficazes de divulgação. Por exemplo, é possível alinhar as atividades ao calendário anual de conscientização, bem como desenvolver projetos temáticos ao longo do mês, como a campanha “Abril Azul,” voltada para a

conscientização sobre o autismo, temática que pode envolver as pessoas com deficiência e os direitos de crianças e adolescentes; ou o “Maio Laranja,” que aborda sobre a exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes.

IMAGEM 02 - Datas comemorativas e de luta.

DATAS COMEMORATIVAS E DE LUTA

JANEIRO

► Mês da visibilidade trans
04/01 - Dia Mundial da Paz
04/01 - Dia Mundial do Braille
07/01 - Dia da Liberdade de Cultos
08/01 - Dia Mundial da Alfabetização
24/01 - Dia Internacional da Educação
27/01 - Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto
28/01 - Dia Nacional do Combate ao Trabalho Escravo
29/01 - Dia Nacional da Visibilidade Trans
30/01 - Dia da Não Violência e da Paz

ABRIL

► Mês da conscientização sobre o autismo
02/04 - Dia Mundial da Conscientização do Autismo
04/04 - Dia Mundial da Saúde
08/04 - Dia Internacional das Pessoas Ciganas
15/04 - Dia Internacional do Desarmamento Infantil
17/04 - Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária e Dia Internacional das Lutas Camponesas
19/04 - Dia dos Indígenas
24/04 - Dia Internacional do Multilateralismo e da Diplomacia para a Paz
28/04 - Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho

JULHO

11/07 - Dia Mundial da População
18/07 - Dia Internacional de Nelson Mandela
25/07 - Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha
30/07 - Dia Mundial contra o Tráfico de Pessoas

OUTUBRO

01/10 - Dia Internacional dos Idosos
02/10 - Dia Internacional da Não Violência
05/10 - Dia da Promulgação da Atual Constituição Federal Brasileira de 1988
07/10 - Dia do Trabalho Decente
10/10 - Dia Mundial da Saúde Mental
11/10 - Dia Internacional das Meninas
12/10 - Dia das Crianças
13/10 - Dia Internacional para a Redução de Desastres Naturais
15/10 - Dia Internacional da Mulher Rural
16/10 - Dia Mundial da Alimentação
17/10 - Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza
20/10 - Dia Mundial das Estatísticas
24/10 - Dia das Nações Unidas
24/10 - Dia Internacional da Informação sobre o Desenvolvimento
24 a 31/10 - Semana do Desarmamento / Semana Mundial da Paz
26/10 - Dia da Visibilidade Intersexual
31/10 - Dia Mundial das Cidades

FEVEREIRO

1 a 7/02 - Semana Mundial da Harmonia Inter-religiosa
06/02 - Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina
20/02 - Dia Mundial da Justiça Social

MAIO

01/05 - Dia Internacional do Trabalhador e da Trabalhadora
03/05 - Dia Mundial da Liberdade de Imprensa
13/05 - Abolição da Escravidão
15/05 - Dia Internacional da Família
16/05 - Dia Internacional da Vida em União pela Paz
17/05 - Dia Internacional de Combate à Homofobia
18/05 - Dia Nacional da Luta Antimanicomial
18/05 - Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração de Crianças e Adolescentes
21/05 - Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento
25/05 - Dia do Trabalhador Rural

AGOSTO

09/08 - Dia Internacional dos Povos Indígenas
12/08 - Dia Nacional dos Direitos Humanos (Lei 12.641/2012)
12/08 - Dia Internacional da Juventude
19/08 - Dia Mundial Humanitário
21/08 - Dia Internacional de Lembrança e Tributo às Vítimas do Terrorismo
23/08 - Dia Internacional em Memória do Tráfico de Escravos e a sua Abolição
26/08 - Dia Internacional da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão
29/08 - Dia Nacional da Visibilidade Lésbica
30/08 - Dia Internacional das Vítimas de Desaparecimentos Forçados

NOVEMBRO

► Mês da Consciência Negra
02/11 - Dia Internacional para o Fim da Impunidade dos Crimes contra Jornalistas
06/11 - Dia Internacional para a Prevenção da Exploração do Ambiente em Tempos de Guerra e de Conflito Armado
08/11 - Dia da Solidariedade Intersexual
10/11 - Dia Mundial da Ciência para a Paz e para o Desenvolvimento
16/11 - Dia Internacional da Tolerância
19/11 - Dia Mundial do Saneamento
20/11 - Dia Mundial da Criança
20/11 - Dia da Consciência Negra
25/11 - Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres
29/11 - Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino

MARÇO

► Mês das mulheres
01/03 - Dia da Discriminação Zero
08/03 - Dia Internacional da Mulher
21/03 - Dia Mundial da Infância
21/03 - Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial
21/03 - Dia Internacional da Síndrome de Down
24/03 - Dia Internacional para o Direito à Verdade sobre Graves Violações dos Direitos Humanos e pela Dignidade das Vítimas
25/03 - Dia Internacional em Memória das Vítimas da Escravidão e do Comércio Transatlântico de Escravos
31/03 - Dia Internacional da Visibilidade Trans

JUNHO

► Mês do Orgulho LGBTQIA+
04/06 - Dia Internacional das Crianças Inocentes Vítimas de Agressão
05/06 - Dia Mundial do Meio Ambiente
07/06 - Dia Mundial da Segurança Alimentar
12/06 - Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil
15/06 - Dia Mundial da Conscientização da Violência contra as Pessoas Idosas
19/06 - Dia Internacional para Eliminação da Violência Sexual em Conflito
19/06 - Dia Nacional do Migrante
20/06 - Dia Mundial do Refugiado
25/06 - Dia do Imigrante
26/06 - Dia Internacional contra o Abuso e Tráfico Ilícito de Drogas
26/06 - Dia Internacional de Apoio às Vítimas de Tortura
28/06 - Dia do Orgulho LGBTQIA+

SETEMBRO

► Mês de Conscientização sobre o Suicídio
08/09 - Dia Internacional da Alfabetização
10/09 - Dia Mundial de Prevenção do Suicídio
12/09 - Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul
15/09 - Dia Internacional da Democracia
21/09 - Dia Internacional da Paz
23/09 - Dia Mundial das Línguas de Sinais
23/09 - Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças
23/09 - Dia da Visibilidade Bissexual
28/09 - Dia Internacional do Acesso Universal à Informação

DEZEMBRO

01/12 - Dia Mundial da Luta contra a AIDS
02/12 - Dia Internacional para a Abolição da Escravidão
03/12 - Dia Internacional das Pessoas com Deficiência
08/12 - Dia da Pansexualidade
09/12 - Dia Internacional da Comemoração e Dignidade das Vítimas de Genocídio
09/12 - Dia Internacional contra a Corrupção
10/12 - Dia dos Direitos Humanos / Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos
18/12 - Dia Internacional dos Migrantes
20/12 - Dia Internacional da Solidariedade Humana

Fonte: <https://www.un.org/en>. Adaptação Itaipu Parquetec. Brasil, 2025.

VANTAGENS DE TRABALHAR COM OS DADOS DO OBSERVADH COM OS ESTUDANTES

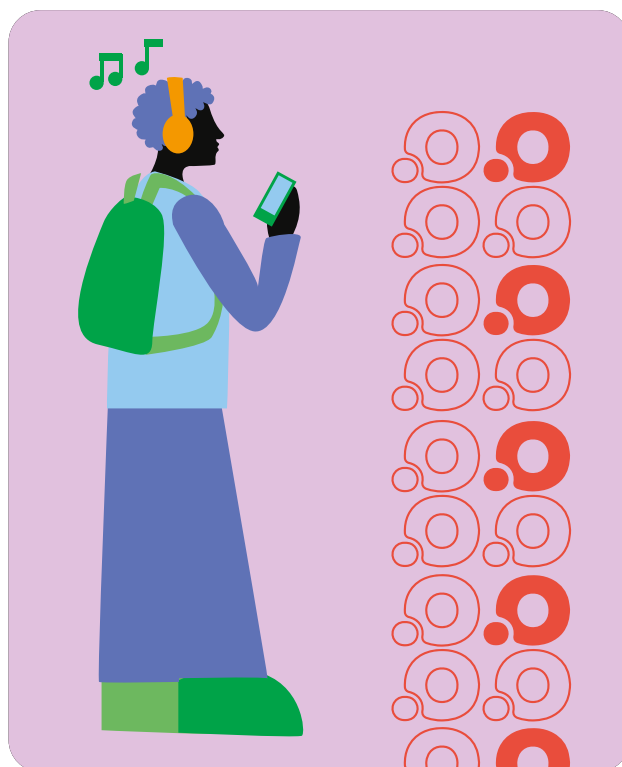
▶ Estimulo à busca por fontes confiáveis e à utilização de dados, indicadores e evidências na construção de visão de mundo e opiniões sobre temas diversos, especialmente sobre temas em debate na sociedade ou no ambiente escolar.

▶ Conscientização sobre direitos e deveres como cidadãos; promoção de ações mais conscientes, pensamentos mais críticos, além de ações e atuações mais presentes e construtivas na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

▶ Desenvolvimento da empatia e do respeito à diversidade; estímulo ao diálogo intercultural e o respeito às diferenças, a fim de se combater qualquer tipo de discriminação e preconceito.

▶ Promoção da cultura da paz e resolução de conflitos, incentivando-os a lidar com os conflitos de forma pacífica e construtiva, em busca de soluções mais justas e negociadas.

▶ Formação de cidadãos mais engajados que contribuirão para a construção e defesa de uma sociedade mais justa e democrática.





CURIOSIDADES

A plataforma foi idealizada e criada pelo **Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania**, lançada em dezembro de 2023 e conta com o apoio da **Itaipu Binacional** e do **Itaipu Parquetec**.

O **ObservaDH** passa por constante aperfeiçoamento e atualização, além de contar com o apoio de diversas instituições e a colaboração de toda a sociedade.



CONTATO

Toda participação é bem-vinda e contribui para a melhora da plataforma.

Entre em contato conosco:
observadh@mdh.gov.br



REFERÊNCIAS

ALIANÇA NACIONAL LGBTI+. Disponível em: <https://aliancalgbti.org.br/>. Acesso em: 3 jul. 2024.

BRASIL, Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC. **Qual a diferença entre dados pessoais e dados sensíveis?** 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/lncc/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas-de-conscientizacao/campanha-lgpd/qual-a-diferenca-entre-dados-pessoais-e-dados-sensiveis>. Acesso em: 31 out. 2024.

Brasil. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Acesso em dezembro de 2024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. **Entenda o que é idadeísmo e ajude a combater essa prática discriminatória.** 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/entenda-o-que-e-idadeismo-e-ajude-a-combater-essa-pratica-discriminatoria#:~:text=O%20termo%20idadeismo%2C%20ou%20etarismo,agimos\)%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20idade](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/entenda-o-que-e-idadeismo-e-ajude-a-combater-essa-pratica-discriminatoria#:~:text=O%20termo%20idadeismo%2C%20ou%20etarismo,agimos)%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20idade). Acesso em: 6 dez. 2024.

BRASIL. Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. **Macaé Evaristo defende transformação da cultura política para a construção de uma democracia mais inclusiva.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO CENTRO LATINO-AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (CLAD), 29., 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/maca-evaristo-defende-transformacao-da-cultura-politica-para-a-construcao-de-uma-democracia-mais-inclusiva>. Acesso em: 5 dez. 2024.

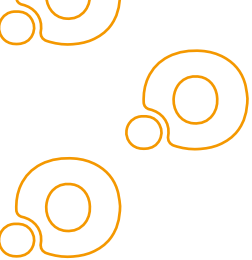
BRASIL. Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. **ObservaDH.** 2023. Disponível em: <https://observadh.mdh.gov.br/>. Acesso em: 27 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf.

CHAMBERS, Robert. **Vulnerability, Coping and Policy.** Keele University, 2009.

FREEPIK. Ilustrações e vetores. Disponível em: <https://www.freepik.com/>. Acesso em: mar. 2025.





FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MDHC, Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania. **Cadernos LGBTQIA+ cidadania**. v. 1. Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Brasília, DF. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/lgbt/campanhas-lgbtqia/lgbtqia-cidadania/publicacoes/cadernos_lgbt-volume-1_digital_.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. 1948. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/g1601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos?afd_azwaf_tok=eyJhbGciOiJSUzI1NiJ9. Acesso em: 5 dez. 2024.

Vulnerabilidade. In: Michaelis: dicionário brasileiro da Língua portuguesa. 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/vulnerabilidade/>. Acesso em: 10 jul. 2024.



GLOSSÁRIO

1. Dados Sensíveis

Segundo o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), dados pessoais sensíveis "são aqueles que, quando revelados, podem gerar algum tipo de discriminação" (BRASIL, 2024), tais como sexo, raça, orientação sexual, religião, posicionamento político, dentre outros.

2. Vulneráveis

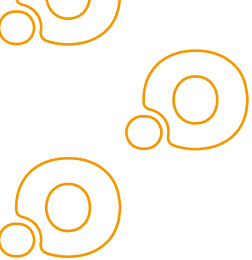
Segundo o dicionário Michaelis (2024), vulnerável diz respeito àquele que está suscetível a ser ferido ou atingido por enfermidade, está frágil e sujeito a críticas e incoerências. No contexto desta cartilha, este termo refere-se aos grupos que não têm a garantia dos direitos básicos nem à dignidade. Uma pessoa vulnerável é aquela que está desprotegida, que não tem apoio, que pode não ter as necessidades mínimas cobertas, argumenta Chambers (2009).

3. LGBTQIA+

A sigla é amplamente utilizada para referir-se às diversas orientações sexuais e identidades de gênero, cujo entendimento tem evoluído significativamente nos últimos anos, impulsionado por intensos debates e avanços

no reconhecimento da diversidade e da representatividade. Com as mudanças, é normal surgirem dúvidas sobre o significado de cada uma das letras. Segundo a Aliança Nacional LGBTQIA+ (2024) e o Caderno LGBTQIA+ Cidadania (MDHC, 2024), as letras possuem o seguinte significado, sendo: L = lésbicas, que corresponde a mulheres que se relacionam sexual e/ou afetivamente com outras mulheres; G = gays, homens que sentem atração afetiva e/ou sexual por outros homens; B = bissexuais, mulheres e homens que sentem atração afetiva e/ou sexual por mais de um gênero; T = transgênero, transexual ou trans, não diz respeito à orientação sexual, mas a identidade de gênero na qual o indivíduo se identifica, diferente daquela atribuída no seu nascimento; Q = Queer representa pessoas que transitam entre os gêneros, pois a identidade de gênero e orientação sexual são entendidas como construções sociais e não orientadas biologicamente, tais como as Drag Queens; I = Intersexo, pessoa que não se encaixa na normativa binária masculino-feminino; A = Assexuais – pessoas que não sentem atração sexual e/ou afetiva por outras pessoas. Embora existam diferentes níveis de assexualidade, as pessoas deste grupo não veem a sexualidade como a dimensão prioritária em uma relação; por fim, o sinal de mais ("+") é um símbolo que pretende incluir qualquer outra identidade





ou orientação que não foi mencionada anteriormente e abranger aquelas que ainda não foram plenamente reconhecidas ou representadas pelo movimento. Este símbolo busca acolher pessoas que não se identificam com nenhuma das letras previamente especificadas, além de reconhecer as limitações do debate e valorizar a diversidade em sua totalidade. Exemplos incluem Questionando, Curiosos, Aliados, Pansexuais, Polisssexuais, Não-binários, entre outros.

4. Equitativos

O termo equidade não é sinônimo de igualdade, como muitos acreditam. Igualdade prevê direitos e condições iguais para todos os indivíduos, sem distinções, porém, a sociedade não consegue oferecer oportunidades iguais, pois ela se configura de maneira desequilibrada. Neste sentido, o termo equidade nasce para pensar as desigualdades gritantes existentes na sociedade contemporânea e para propor formas de amenizá-las. Sendo assim, a equidade reconhece as desigualdades e busca ações diferenciadas para que todos alcancem resultados semelhantes, bem como garantam acesso proporcional às oportunidades e reduzam as disparidades socioeconômicas.



SUGESTÕES DE LEITURA

Ailton Krenak.

“Ideias para o fim do mundo”.

Disponível em: <https://cpdel.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/10/Ailton-Krenak-Ideias-para-adiar-o-fim-do-mundo.pdf>

Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal.pdf

Chimamanda Ngozi Adichie.

“O perigo de uma história única”.

Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/enfrentamento-ao-racismo/obras-digitalizadas/chimamanda_ngozi_adichie_-_2019_-_o_perigo_de_uma_historia_unica.pdf

Conceição Evaristo.

“Olhos d’água”.

Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/Grupo%20de%20Estudos/7.%20EVARISTO,%20Concei%C3%A7%C3%A3o%20-%20Olhos%20dagua.pdf>

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH.

Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/por.pdf>

Discurso da Malala Yousafzai na Conferência da ONU.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-bLSbx0Xyg>

Discurso do Martin Luther King “Eu tenho um sonho”.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aWlhPFHOL-Y>

Discurso do Nelson Mandela na ONU.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cqkp2jBY1vA>

Domínio Público.

Disponível em: <https://www.dominiopublico.gov.br>

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP.

Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>

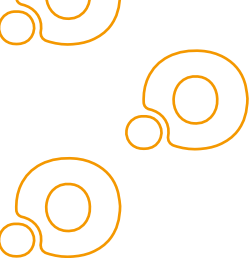
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>





Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/>

Ministério da Educação - MEC.

Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>

Ministério da Saúde - MS.

Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>

Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC.

Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br>

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS.

Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br>

Nações Unidas Brasil – ONU.

Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>

Observatório Nacional de Direitos Humanos – ObservaDH.

Disponível em: <https://observadh.mdh.gov.br/>

Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos – ONDH.

Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh>

Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB.

Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>





**DIREITOS
HUMANOS**

ObservaDH
MDHC

Realização:



MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

